

# VIRUS

26

## O DEBATE DECOLONIAL TERRITÓRIOS

PORTUGUÊS-ESPAÑOL | ENGLISH

REVISTA . JOURNAL

ISSN 2175-974X

CC-BY-NC-AS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

NOMADS.USP

[WWW.NOMADS.USP.BR/VIRUS](http://WWW.NOMADS.USP.BR/VIRUS)

DEZEMBRO 2023

NOMADS  
USP

IA  
URB

USP

# VI 26

## O DEBATE DECOLONIAL: TERRITÓRIOS THE DECOLONIAL DEBATE: TERRITORIES

### EDITORIAL

- 001 O DEBATE DECOLONIAL: TERRITÓRIOS  
THE DECOLONIAL DEBATE: TERRITORIES  
MARCELO TRAMONTANO, JULIANO PITA, PEDRO TEIXEIRA, THAMYRES REIS, ISABELLA CAVALCANTI, CAIO MUNIZ

### ENTREVISTA

- 004 UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL PARA SUPERAR INSUFICIÊNCIAS  
A DECOLONIAL PERSPECTIVE TO OVERCOME INSUFFICIENCIES  
UNA PERSPECTIVA DECOLONIAL PARA SUPERAR LAS INSUFICIENCIAS  
FERNANDO LUIZ LARA

### ÁGORA

- 012 LA DIMENSIÓN ESPACIAL DE LA COLONIALIDAD: UNA PROPUESTA INTERPRETATIVA Y OTRAS VOCES IGNORADAS  
THE SPATIAL DIMENSION OF COLONIALITY: AN INTERPRETATIVE PROPOSAL AND OTHER IGNORED VOICES  
YASSER FARRÉS DELGADO
- 029 ÀS VEZES É FEIO, MAS TÁ NA MODA! POTÊNCIAS, ADIÇÕES E LIMITES DECOLONIAIS  
SOMETIMES IT'S UGLY, BUT FASHIONABLE! DECOLONIAL POWERS, ADDITIONS, AND LIMITS  
LEO NAME, TEREZA SPYER
- 041 HACIA UNA ONTOLOGÍA POLÍTICA DEL BUEN VIVIR URBANO  
TOWARD A POLITICAL ONTOLOGY OF URBAN BUEN VIVIR  
PILAR MARIN, ALDO ALOR, ISRAEL ORREGO-ECHEVERRÍA
- 050 A POÉTICA DA RELAÇÃO E AS CIDADES: PERSPECTIVA PARA UMA URBANÍSTICA DECOLONIAL  
THE POETICS OF RELATION AND CITIES: PERSPECTIVE FOR A DECOLONIAL URBANISM  
CARLOS HENRIQUE MAGALHÃES DE LIMA
- 059 FOSS, CARTOGRAFÍA, COLONIALISMO Y SOBERANÍA EN PARAGUAY Y EL SUR GLOBAL  
FOSS, CARTOGRAPHY, COLONIALISM AND SOVEREIGNTY IN PARAGUAY AND THE GLOBAL SOUTH  
JUAN CRISTALDO, GUILLERMO BRITZ, SILVIA ARÉVALOS, LISSANDRY RODRIGUEZ
- 087 A PAISAGEM NA CONSTRUÇÃO DO BEM VIVER: O NHANDEREKO NA CAPITAL PAULISTA  
THE LANDSCAPE IN THE CONSTRUCTION OF GOOD LIVING: THE NHANDEREKO IN SAO PAULO STATE CAPITAL  
LUCAS BUENO, FÁBIO GONÇALVES

- 102 ABORDAGENS DECOLONIAIS PARA PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO  
DECOLONIAL APPROACHES TO RESEARCH IN URBAN PLANNING  
FABIANA SILVA, CINTIA ALVES, ISABELA SANTOS
- 118 EXPERIÊNCIA NO ALTIPLANO: FLÁVIO DE CARVALHO E A CIVILIZAÇÃO NUA DA AMÉRICA DO SUL  
EXPERIENCE ON THE ALTIPLANO: FLÁVIO DE CARVALHO AND THE SOUTH AMERICAN NAKED CIVILIZATION  
LEONARDO NOVO, LEONARDO SOUZA
- 127 1984: COLONIALISMO E DISTOPIA  
1984: COLONIALISM AND DYSTOPIA  
PAULA ALBUQUERQUE
- 136 PROSPECTANDO QUALIDADES RELACIONAIS ANTICOLONIAIS NA EDUCAÇÃO EM DESIGN  
PROSPECTING ANTI-COLONIAL QUALITIES IN DESIGN EDUCATION  
MARCO MAZZAROTTO, FREDERICK VAN AMSTEL, BIBIANA SERPA, SÂMIA SILVA

## PROJETO

- 146 RUMO A UM DESENHO URBANO GENUINAMENTE LATINO  
TOWARDS A LATIN-BASED URBAN DESIGN  
CARLOS COSTA, CARLOS NOME

**ÀS VEZES É FEIO, MAS TÁ NA MODA!  
POTÊNCIAS, ADIÇÕES E LIMITES DECOLONIAIS**  
**SOMETIMES IT'S UGLY, BUT FASHIONABLE!**  
**DECOLONIAL POWERS, ADDITIONS, AND LIMITS**  
LEO NAME, TEREZA SPYER

**Leo Name** é Arquiteto e Doutor em Geografia. É Professor Adjunto na Universidade Federal da Bahia e líder do grupo de pesquisa ¡DALE! Decolonizar América Latina e seus espaços. Pesquisa a decolonização na América e no Caribe. [lpname@gmail.com](mailto:lpname@gmail.com)  
<http://lattes.cnpq.br/9019613387560091>

**Tereza Maria Spyer Dulci** tem graduação e licenciatura plena em História e doutorado em História Social. Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal de Ouro Preto e vice-líder do grupo de pesquisa ¡DALE! Decolonizar América Latina e seus espaços. Desenvolve pesquisas na linha de colonialidade/decolonialidade e movimentos sociais. [terezaspyer@gmail.com](mailto:terezaspyer@gmail.com)  
<http://lattes.cnpq.br/3991418591681661>

ARTIGO SUBMETIDO EM 6 DE AGOSTO DE 2023

Como citar esse texto: Name, L., Spyer, T. (2023). Às vezes é feio, mas tá na moda! Potências, adições e limites decoloniais. *VIRUS*, 26, 29-40.  
<http://vnomads.eastus.cloudapp.azure.com/ojs/index.php/virus/article/view/882>.

## Resumo

Partindo de uma problematização dos interesses em jogo em usos recentes do repertório decolonial, procuramos expor as potências das primeiras formulações decoloniais, descrever as contribuições que lhes foram agregadas posteriormente e apresentar suas fragilidades. Para isso, apresentamos suas duas principais bases: a crítica ao eurocentrismo, particularmente direcionada à difusão do conhecimento, e o debate sobre a “raça” como estruturante de dimensões político-econômico-culturais, teorizada no conceito de colonialidade do poder. Depois, destacamos algumas das perspectivas que adicionam novos entendimentos ao conceito de colonialidade e apontamos contradições do giro decolonial. Finalizamos pleiteando o resgate da potência dessa abordagem a partir da exposição de seus limites, com vistas à sua tradução ao Brasil e para além dos modismos.

**Palavras-chave:** Giro decolonial, Eurocentrismo, Raça, Colonialidade, Epistemologia

## 1 Introdução

*Cena 1.* Um aluno afro-venezuelano assiste a uma apresentação sobre o giro decolonial de um dos autores deste texto. Diante da tela com imagens dos rostos das duas autoras e dos onze autores normalmente apontados como precursores de tal perspectiva,<sup>1</sup> ele comenta: “entendi porque você se identifica tanto com os decoloniais, já que são um bando de homens brancos falando de pessoas indígenas e negras!”.

*Cena 2.* As duas pessoas brancas que escrevem este artigo matriculam-se em um curso on-line sobre *o pensamento decolonial e as artes* de um importante museu do Brasil, conduzido por uma reconhecidamente competente pesquisadora. Na primeira aula, ela mostra o único de mais de cinquenta slides em que cita o sociólogo peruano Aníbal Quijano e a colonialidade, avisando não se guiar por esse autor ou o conceito, mas por uma ideia ampliada de descolonização. Logo percebemos que o curso é sobre artistas negras e negros do Brasil, de diferentes épocas — quase a totalidade, aliás, influenciada por “cânones” europeus e estadunidenses que há muito nos colonizam.

*Cena 3.* Um de nós assiste à entrevista de um ator brasileiro contando que a peça de um autor canadense, com a qual ele vem obtendo êxito de público e crítica, agora faz sucesso na França. “Encenamos em nossa língua e os cartazes nas ruas também têm o título do espetáculo em português”, diz. E arremata: “isso é *decolonialismo!*”.

*Cena 4.* A outra de nós recebe a propaganda de um curso de *yoga dekolonial* (com “k” mesmo), que entre outras maravilhas promete combinar movimentos, pausas e exercícios respiratórios para a *rekuperação* (com “k”) de corpos e a dissolução de ocidentalidades, brasilidades, binariedades e outras fronteiras. Uau...

No Brasil, o giro decolonial recebeu atenção muito recentemente, mas seus primeiros escritos são da década de 1990, quando Quijano conceituou a colonialidade. No entanto, as quatro cenas indicam que o léxico decolonial rapidamente se estabelece por aqui, no mundo acadêmico e fora dele, havendo disputas sobre seus sentidos. Na melhor das hipóteses, discursos positivam, tensionam ou criticam a abordagem. Na pior, interesses privados de validação acadêmica, valoração identitária ou ganhos econômicos a cooptam. Às vezes o giro decolonial, parafraseando o funk, “é feio, mas tá na moda!”<sup>2</sup>

Não por acaso, já circulam obras antidecoloniais produzidas por *haters*, grupos vinculados a universidades latino-americanas e caribenhas, que reclamam estar diante de um “surto decolonial” (Makaran & Gaussens, 2020). Lideramos um grupo de pesquisa

---

<sup>1</sup> Aníbal Quijano, Arturo Escobar, Boaventura de Sousa Santos, Catherine Walsh, Edgardo Lander, Enrique Dussel, Fernando Coronil, Immanuel Wallerstein, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel, Santiago Castro-Gómez, Walter Mignolo e Zulma Palermo. Cf. Ballestrin (2013, p. 98).

<sup>2</sup> *Sou feia, mas tô na moda* é uma canção da funkeira carioca Tati Quebra Barraco, em que ela afirma que não é bonita, mas tem fama e dinheiro.

dedicado ao giro decolonial e a sua divulgação científica<sup>3</sup>, mas nos consideramos de uma *fanbase* mais moderada. Por isso, nossos objetivos são outros: queremos ao mesmo tempo expor as potências das primeiras formulações decoloniais, descrever as contribuições que depois lhes foram agregadas e, também, apresentar suas fragilidades.

No que diz respeito às potências, nas próximas duas seções fixamo-nos a duas das pedras fundamentais que sustentam o edifício da decolonialidade. A primeira delas é a crítica ao eurocentrismo, de que participam intelectuais decoloniais ancorados na discussão da relação entre o sistema-mundo moderno centrado na Europa e a difusão do conhecimento. A outra é a ideia de “raça”, que geo-historicamente influi sobre dimensões político-econômico-culturais do mundo social, teorizada no conceito-chave de colonialidade do poder. Depois, destacamos, de modo sucinto e sem quaisquer pretensões de aprofundamento, algumas das análises sobre os modos de subjetivação permeados por tropos racistas e patriarcais, que resultam em uma adição de perspectivas — e adjetivações — à colonialidade. Finalmente, antes de nossos comentários finais, relacionamos as cenas iniciais deste texto com contradições que percebemos na abordagem decolonial, destacando seus limites.

## 2 A potência da crítica ao eurocentrismo

Inúmeras críticas ao giro decolonial questionam sua denúncia ao eurocentrismo, por supostamente negar ou reduzir as contribuições epistemológicas da Europa, ou mais amplamente do Ocidente. Como fazem Jeff Browitt (2014) e Daniel Inclán (2020), literaturista australiano e historiador mexicano, diz-se que a crítica é exagerada e a argumentação é binária, reducionista e autorreferente. No entanto, o que procuram demonstrar alguns dos debates, que depois se alinham à decolonialidade — como os do filósofo argentino Enrique Dussel, radicado no México, e do sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein —, é a operacionalidade de um etnocentrismo específico: o que desavergonhadamente atesta que o domínio imperialista europeu simplesmente decorreu de superioridades e boas realizações europeias ao longo da História.

Dussel (1994, 2000, 2005) sugere, por isso, quatro estratégias de reimaginação histórica. Primeira: contestar parâmetros ocidentais como os que naturalizam o progresso etapista das idades antiga, medieval, moderna e contemporânea. Segunda: transpor a falaciosa ideia de um europeu originado de uma linearidade helenístico-romano-cristã que não tem correspondência em fatos. Terceira: consequentemente, superar a concepção da modernidade como evento de origem exclusivamente europeia, resultante de uma civilização grega sem influências egípcias ou semitas, sucedida por uma civilização cristã sem influência islâmica, seguida por um Renascimento puramente europeu que culmina na civilização do mais alto grau em ciências, artes e humanidades. Quarta: reposicionar o início da modernidade na invasão da América, em 1492, que confere à Europa um papel central na história mundial. A última tem respaldo na formulação de sistema-mundo de Wallerstein.

Valendo-se da lógica braudeliana de longa duração, Wallerstein (2002, 2011) argumenta que o sistema-mundo moderno emerge da Conquista, devido tanto à expansão geográfica e ao aumento dos circuitos comerciais quanto a métodos de controle do trabalho e aparatos de estado crescentemente sólidos. A América estabeleceu-se, ao longo do século XVI, como uma entidade geossocial, o que resultou na “desprovincialização” da Europa, deslocada de sua condição periférica para o centro na divisão global de fluxos de pessoas, insumos, mercadorias e toda sorte de riquezas. Conforme o autor, o mundo moderno-capitalista se moldou por uma geometria de poder literalmente eurocêntrica que se reflete no domínio do conhecimento, especialmente nas ciências sociais: a Europa também assume o centro na historiografia linear, no universalismo, no orientalismo e nas concepções de civilização e progresso.

Dussel e Wallerstein desenham formulações de fato anti eurocêntricas, mas a crítica ao eurocentrismo não está restrita às suas contribuições e tampouco é uma invenção decolonial. Encontramo-la em escritos contemporâneos a estes dois autores. Um primeiro exemplo é a argumentação do geógrafo estadunidense James Blaut (1993), que compara o eurocentrismo a um “túnel do tempo”, cujas paredes encerram apenas os feitos da Europa, ficando de fora seus próprios fracassos e os feitos de outros povos e

---

<sup>3</sup> O ¡DALE! — Decolonizar a América Latina e seus Espaços, cadastrado no diretório de grupos de pesquisa do CNPq desde 2016, tem se dedicado à produção de dossiês em periódicos, eventos e cursos sobre a decolonialidade e temas correlatos. Este artigo baseia-se, inclusive, no material didático elaborado para um minicurso ofertado, em 2019, em três universidades: UFBA, UFMG e UNILA. Para detalhes sobre nosso modo de fazer geopolítica do conhecimento, ver: Name, Spyer e Cunha (2019); Name e Spyer (2022).

culturas. Um segundo exemplo está no trabalho do historiador Alfred Crosby (1999), também estadunidense, que enfatiza o papel das tecnologias de medição, quantificação e representação na consolidação do eurocentrismo como visão hegemônica. Um terceiro exemplo é a discussão do historiador turco Arif Dirlik (1999) sobre a superação do eurocentrismo, a partir tanto da reafirmação da História e da historicidade quanto do confronto autoconsciente com as estruturas da modernidade. Ressalta-se, no entanto, que essa literatura se atém à macroescala das relações geo-históricas entre regiões do globo. Nem sempre atina que “eurocentrismo” não é um termo relacionado apenas à localização geográfica, mas também a uma identidade étnica, com base na brancura e na branquitude, incidente na concepção e na condução da modernidade. Em outras palavras, tais textos tendem a encobrir a “raça”.

### 3 A potência do debate sobre “raça” e colonialidade do poder

Seguindo a trilha aberta com o debate sobre o Eu Ocidental e o Outro Oriental, promovido em fins dos anos setenta pelo crítico literário palestino Edward Said (2007), os estudos *pós-coloniais* são fundamentais para a oposição à naturalização da história europeia como universal, e à ideia de que a ciência moderna branco-burguesa pode responder por toda a humanidade. O filósofo indiano Homi Bhabha (2013), anos depois, defende noções não essencialistas de identidade, pelas quais as pessoas colonizadas reivindicam agência e desestabilizam narrativas dominantes. Na mesma época, outro conjunto indiano de intelectuais — dentre muitos, Ranajit Guha (1983), Gayatri Spivak (2010) e Dipesh Chakrabarty (1992) — enfatiza as promessas não cumpridas da modernidade europeia, aplica a noção gramsciana de “subalterno” a grupos oprimidos por etnia, classe, gênero, lugar ou religião e destaca a relação entre colonialismo, imperialismo e ciências humanas.

Na década de noventa, parte da intelectualidade que viria a aderir à decolonialidade empenha-se na tradução das contribuições pós-coloniais à América Latina e ao Caribe. Estavam no Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, por exemplo, o semiólogo argentino Walter Dignolo e o antropólogo venezuelano Fernando Coronil, ambos radicados nos Estados Unidos; e o sociólogo colombiano Santiago Castro-Gómez (cf. Verdesio, 2005). São conhecidos, contudo, os posteriores ataques à abordagem subalterna feitos pelo próprio Dignolo (2000, pp. 183-186; 2000, pp. 213-214) e Ramón Grosfoguel (2008, pp. 116-117), sociólogo porto-riquenho residindo nos Estados Unidos: traíam seus objetivos de desvincular-se dos pressupostos causais de modelos dominantes ao manterem-se caucionados por intelectuais europeus (o marxista italiano Antonio Gramsci e os pós-estruturalistas franceses Michel Foucault, Gilles Deleuze e Jacques Derrida, sobretudo), tendo a Europa como ponto de partida da teorização.

A queixa resulta em buscas por outras referências. Importantes achados são os escritos, produzidos entre as décadas de 1950 e 1960, do ensaísta Aimé Césaire (2020) e do psiquiatra e filósofo político Frantz Fanon (2005, 2008), ambos martinicanos e *anticoloniais*. Césaire contesta a colonização como projeto civilizatório ou de evangelização, definindo-a como barbárie através da qual o racismo habilita o colonizador branco à crueldade. Fanon descreve a “zona do não ser”, psíquica, em que as pessoas não brancas internalizam atributos desumanizadores, e anseiam assimilar o código cultural branco. Ele também defende que a descolonização só pode emergir da massa de “condenados da Terra”, envolvida por uma atmosfera violenta e capaz de responder com outra violência, necessária e mais intensa que a do colonizador.

Outro achado é a *colonialidade do poder*, conceituada por Quijano (1992, 1999, 2005): ordem diferencial hierárquica baseada na ideia de “raça” e forjada nas relações assimétricas após a invasão da América. Desde então, diz ele, a “raça” estabelece uma lógica ao mesmo tempo binária e evolucionista, que atribui superioridades ao Eu colonizador branco e inferioridades ao Outro colonizado não branco, consideradas naturais por serem “biológicas”. Se a colonialidade não desaparece com o fim do colonialismo, e tais construtos raciais ainda permeiam objetiva, subjetiva e intersubjetivamente a política, a economia e a cultura, a sociedade liberal é considerada tanto a mais avançada quanto o horizonte para o que em cada tempo ou lugar é distinto da brancura e da branquitude — e, logo, dito inferior. Conduzem tal dominação, segundo o autor, epistemologias eurocêntricas de justificação.

Quijano une os debates do sistema-mundo e do eurocentrismo ao da “raça” — implícita nos escritos pós-coloniais e exposta por Césaire e Fanon — e assim inaugura o enfoque *decolonial*. Sua crítica radical, em diálogo com Wallerstein, ressalta que construções da matriz colonial de poder são adotadas como categorias de significação (Quijano & Wallerstein, 1992). Dada a

pregnância da episteme eurocêntrica, fenômenos resultados de específicas histórias e geografias do poder falseiam-se cientificamente, como se fossem dados étnicos, antropológicos ou nacionais. No entanto, é crucial destacar que a colonialidade do poder revela que o racismo, persistente como mecanismo de opressão, baseia-se em uma *invenção* ativada contextual e socialmente: a “raça” — a qual, Quijano alerta, mesmo intelectuais de perspectivas antirracistas inadvertidamente podem reificar. É por isso que o autor quase sempre usa aspas para se referir à “raça”, uma estratégia que também adotamos neste texto.

#### 4 Adições à colonialidade

A partir da década de 2000, o giro decolonial crescentemente ganha adesão de um conjunto mais vasto de intelectuais, que amplia os horizontes temáticos das teorizações de Dussel, Wallerstein e Quijano. Nesta seção, a título de mera exemplificação dos desdobramentos da abordagem, elencamos algumas das muitas camadas que vão se adicionando à ideia de colonialidade.

O sociólogo venezuelano Edgardo Lander (2005) e a semióloga argentina Zulma Palermo (2010), por exemplo, definem a *colonialidade do saber*. O conceito evidencia que são marginalizados, expropriados, subjugados ou silenciados os saberes localizados fora dos centros de poder, ou de racionalidades não modernas e de matrizes não europeias. Assim, alça-se o pensamento ocidental a único, mas de parâmetros limitados e limitantes. Tais reflexões são complementadas por outras, de Mignolo (2020), Castro-Gómez (2005) e Grosfoguel (2015). O primeiro tem na noção de *geopolítica do conhecimento* a tradução da geometria de poder do sistema-mundo ao âmbito da troca de saberes, inclusive no mundo acadêmico. O segundo e o terceiro introduzem os termos *violência epistêmica* e *extrativismo epistêmico*, respectivamente, para descrever algumas das assimetrias dessa interação.

*Colonialidade do ser* é a noção a que recorrem Nelson Maldonado-Torres (2007), filósofo porto-riquenho fixado em território estadunidense, e também Mignolo (2003), para analisar dimensões subjetivas e intersubjetivas. Como a colonialidade do poder busca dominar via racialização, e a colonialidade do saber tem a pretensão de universalizar um modo de produzir conhecimento, ambas com algum sucesso, as percepções de si e do Outro se alteram, reforçando os binarismos. Desse modo, afeta-se a maneira como indivíduos e grupos interagem e como se veem, descrevem e avaliam. Particularmente através da linguagem, a colonialidade do ser estabelece e amplifica marcadores de subalternidade sustentados por compreensões situadas de “raça”.

María Lugones (2014, 2020) oferece outra contribuição ao debate. Socióloga argentina com base nos Estados Unidos, ela problematiza a indicação, por Quijano (2005), de “feminino” e “masculino” como categorias sexuais subordinadas à “raça”. Além disso, inspirada no trabalho da socióloga nigeriana Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí (2021), diz que não há as categorias e as hierarquias de gênero, de origem moderno-europeia, na América pré-Conquista: na verdade, teriam sido inseridas a partir da colonização. Contesta-a a antropóloga Rita Segato (2012), também argentina e residente no Brasil, por identificar nas sociedades tribais um *patriarcado de baixa intensidade* de que participam assimetrias de gênero menos contundentes, radicalizadas com a intrusão da temporalidade colonial-moderno-eurocêntrica. Ambas concordam, porém, que a *colonialidade de gênero*, manifestada na interseccionalidade com sexo, classe e “raça”, situa as mulheres colonizadas, não brancas, mais além da alteridade: na zona do não ser.

A partir da década de 2010, a perspectiva decolonial é levada aos estudos visuais e audiovisuais e, em seguida, ao campo da arquitetura. Joaquín Barriandos (2019), por exemplo, vincula a produção imagética ao racismo epistêmico, introduzindo a *colonialidade do ver*. Ao analisar a cartografia colonial retratando o canibalismo nas Américas, o historiador mexicano destaca a predileção por imagens reducionistas, estereotipadas e degradantes. Tal representação do “selvagem” persiste até hoje em outras imagens, largamente reproduzidas, reforçando binariedades entre civilização e barbárie através do que meramente se pode apreender visualmente.

Alex Schlenker (2019), pesquisador alemão de artes visuais radicado no Equador, e Christian León (2019), sociólogo equatoriano, enriquecem a discussão. O primeiro questiona o *olhar colonial* que enquadra imagens, imaginários e memória com um tipo de representação que necessariamente classifica e hierarquiza. O segundo argumenta que a colonialidade do ver se atualiza como



*telecolonialidade* nos dispositivos audiovisuais contemporâneos que desempenham um papel fundamental na circulação global de imagens: perpetuam a imagética dicotômica do Outro racializado para o controle geopolítico da alteridade.

Em direção próxima, a pesquisadora Mayra Estévez Trujillo (2015), também equatoriana, define a *colonialidade* sonora partindo da relação da concepção ocidental de arte com classificações e hierarquias sobre o “étnico” e o “racial” provenientes da matriz colonial de poder. Assim, ela percebe que um conjunto local de sonoridades de matriz europeia e branco-burguesa é considerado o “erudito” e o “universal”, enquanto formas-outras de expressão sonora são “exóticas” ou “folclóricas”. Também observa que a colonização introduziu violências manifestadas em sons que evocam morte, tortura, estupro, guerra e extermínio, narrados em canções ou tradições orais nas regiões colonizadas e atualizados pelas violências raciais do presente.

Yasser Farrés Delgado (2015), um arquiteto cubano vivendo na Colômbia, adota outro enfoque da colonialidade, explorando as conexões das formas de poder, saber e ser. Sua conceituação de *colonialidade territorial* expõe os padrões de poder que estabelecem visões hegemônicas do território, privilegiando cidades e arquiteturas moderno-branco-burguesas e menosprezando outros modos de existência, arranjos territoriais, modos de construir e estéticas. Investiga mais especificamente o papel da arquitetura na produção de colonialidades a brasileira Andréia Moassab (2016, 2019, 2020). Ela debate a inclusão de matrizes indígenas, africanas e afro-latinas no ensino do campo, o branqueamento do patrimônio arquitetônico e a segregação racial entre canteiro e projeto. Dois outros arquitetos do Brasil com pesquisas em chave decolonial são Leo Name (2016, 2021, 2023) e Gabriel Rodrigues da Cunha (2019). O primeiro reflete sobre as arquiteturas sem arquiteto e os paisagismos comestíveis, medicinais e ritualísticos de matrizes africanas e indígenas. O segundo insere o termo *colonialidade tecnocientífica* para analisar a padronização de materiais modernos que invisibiliza e inviabiliza as tectônicas de outras matrizes etnoraciais.

## 5 Problemas a resolver e limites a considerar

Não se pode recriminar o ator da *Cena 3* pelo uso pouco preciso de “decolonialismo”. Intelectuais decoloniais também têm dificuldades para dar nome aos bois. Outros enunciados concorrem com “giro decolonial”, de Castro-Gómez e Grosfoguel (2007): por exemplo, “investigação modernidade/colonialidade” de Arturo Escobar (2003) e “inflexão decolonial” de Eduardo Restrepo e Axel Rojas (2010) — todos antropólogos colombianos —, além de “opção decolonial”, de Mignolo (2011). Além disso, há um debate sobre se a abordagem deveria ser chamada de decolonial ou descolonial. Reconhecemos que por costume seguimos a não tão convincente argumentação de Catherine Walsh (2009, pp. 14-15), linguista estadunidense no Equador, sobre a supressão do “s” não ser um anglicismo, mas a demarcação da impossibilidade de desfazer o colonial e a colonialidade. No entanto, persistem problemas de tradução entre inglês, espanhol e português, ao passo que Grosfoguel (2020) tem voltado a usar “descolonial” para marcar seus desentendimentos com o grupo e associar-se à enormidade de escritos sobre descolonização.

Mas talvez este seja o menor dos problemas a resolver. Dois outros são escancarados pela fala do estudante da *Cena 1*. A presença masculina é dominante no giro decolonial e se consideradas as ideias de “raça”, na América Latina e no Caribe, sua intelectualidade é formada por uma maioria de pessoas brancas (como nós, aliás) — tema espinhoso honestamente debatido por Escobar (2003), mas nem tanto por seus pares. Optarmos por autoras decoloniais sempre que possível e, no entanto, haver muito mais homens nas referências bibliográficas deste presente artigo, indica o quão grande é a assimetria de gênero.

A outra questão é mais intrincada. No grupo fundante da decolonialidade, há uma variedade de intelectuais em universidades dos Estados Unidos. Por um lado, há os diferentes entendimentos de “raça” neste país e na América Latina, informados por Segato (2007, p. 76). Assim, por lá, Mignolo, Grosfoguel, Escobar e Maldonado-Torres, por exemplo, *jamaís* são incluídos na categoria “branco” — porque *necessariamente* são “latinos”. Como “raça” é invenção sempre situada e flutuante, há sobreposições e vias de mão dupla entre *blanquitud desde Latinoamérica e latinness from USA*, sendo que trajetórias intelectuais podem mover-se por entre muitas de suas combinações. Por outro lado, Palermo lembra, em uma entrevista, que sua adesão ao debate decolonial sobre “raça” em muito se deve à sua origem na província argentina de Misiones (Palermo et al., 2019): para alguém de Buenos Aires, por exemplo, talvez ela não seja exatamente branca. É nesse sentido que Mignolo (2015) tem razão ao vincular localizações epistemológicas a espaços geográficos.

No entanto, na medida em que privilégios de enunciação tendem a prevalecer, há mais limites a considerar. Por exemplo: é louvável que intelectuais decoloniais reconheçam a influência de Césaire e Fanon. Maldonado-Torres (2006) e Grosfoguel (2006) consideram o pensamento de Césaire o ponto de partida crítico e afro-caribenho à crise da modernidade europeia e ao marxismo eurocêntrico e, por isso, uma influência nas noções decoloniais. Maldonado-Torres (2008, 2019), Grosfoguel (2012), Mignolo (2011, pp. 109-110, 126-127), Palermo (2019, p. 92) e Walsh (2017, pp. 37-56) enfatizam a relevância da sociogenia de Fanon em suas formulações. Contudo, se é questionável que na Cena 2 denomine-se decolonial a arte de diferentes pessoas somente por serem negras, também o é tratar estes intelectuais como decoloniais *avant la lettre*, inclusive lhes atribuindo a antecipação do conceito de colonialidade. Maldonado-Torres (2009) e Mignolo (2009) fazem isso com relação a Fanon, ao passo que Grosfoguel (2009, 2020) faz o mesmo com relação a Fanon e Césaire, entre outras tristes situações.

Não há nada mais colonial — e racista! — do que dar a pessoas negras nomes que não escolheram. Que feio!

Estes autores *não* são decoloniais e não podemos dizer que o sejam, inclusive, para não desconsiderar — vejam só! — as localizações epistemológicas indicadas por Mignolo. Afinal, *pós-colonial*, *anticolonial* e *decolonial* não são palavras neutras e intercambiáveis. Pós-colonialismo, pós-colonial e pós-colonialidade referem-se, antes de tudo, a um período histórico após a colonização: Estados Unidos, Canadá, América Latina, Caribe, Ásia, África e Oceania ingressaram na pós-colonialidade em momentos distintos e por variados processos de descolonização. No entanto, Said, Bhabha e o grupo indiano dos subalternos — que *não* são decoloniais — representam o pós-colonial enquanto abordagem teórica, anglófona, centrada nos conflitos do imperialismo britânico, desde o século XIX, na África e sobretudo na Ásia. A perspectiva anticolonial, por sua vez, é francófona e em conflito com os legados do imperialismo francês, situando-se em meados do século XX, no início do ainda inconcluso processo de descolonização de seus territórios, como o Caribe de Césaire e Fanon.

Decolonial e decolonialidade, por fim, fazem parte do vocabulário de uma abordagem latino-americana e caribenha, especialmente hispanófono — de Mignolo & cia. —, que emergiu nos anos noventa tendo como o primeiro marco teórico o deslocamento do início da modernidade para 1492, quando o planeta se submete à história e à geografia particulares da expansão europeia; e, como o segundo, o delineamento da subordinação da população mundial a uma classificação racial. Decorre disso, em primeiro lugar, um reposicionamento epistêmico, que dá centralidade à América na instituição do mundo contemporâneo. Em segundo lugar, o questionamento de concepções intraeuropeias e difusionistas de modernidade. E, em terceiro lugar, a identificação tanto de coetaneidades e sobreposições de processos transatlânticos e intercontinentais quanto da transversalidade da ideia de “raça”, da escala do globo à escala do corpo.

É preciso ter cuidado, então, com trocas terminológicas ou classificações enganosas de intelectuais, que desviam os operadores analíticos e, portanto, o que observar e como avaliar. Não à toa, há acusações de problemas metodológicos no enfoque decolonial (Puentes, 2014; Malheiros & Spyer, 2021): abordam-se teorias, mas se negligenciam metodologias, ignorando-se que o campo e o trabalho de campo, por exemplo, também são ligados à localização epistemológica.

## 6 Considerações finais

A sequência de poder, saber/ser, gênero, visualidade/sonoridade e território/arquitetura, descrita na seção sobre as diferentes conceituações da colonialidade, tem como ponto positivo a adesão a temas em diferentes fases do debate decolonial. Cada uma delas, em certa medida, foi guiada por uma geração de intelectuais empenhada em expor a permanência e a multidimensionalidade de estruturas e hierarquias raciais. Além disso, e tentamos neste texto demonstrá-lo, certamente a geo-histórica transversalidade da ideia de “raça” e o entendimento do eurocentrismo como projeto difusionista de imposição de conhecimentos e subjetivações são as maiores contribuições do giro decolonial.

No entanto, se cruzarmos os muros da universidade e nos afastarmos apenas um pouco de escritos e intelectuais que aqui citamos, e que tanto estimamos, podemos nos esbarrar com a *yoga dekolonial*, da *Cena 4* no início deste artigo. A proposição é de fato esdrúxula, mas por ela se infere que há em curso uma exageração de enunciados e repertórios supostamente decoloniais, de certo modo aditivos de uma moda iniciada e estimulada pela própria Academia — e, em alguns casos, por intelectuais do “giro”. É

deste cenário que emerge o perigo da conversão da colonialidade a conceito-coringa, que ao explicar toda e qualquer coisa, nada mais explica. Para minimizar tais riscos de esgotamento e resgatar a potência do giro decolonial, há tanto que celebrar suas qualidades quanto principalmente apontar seus limites, o que também tentamos fazer aqui.

Estamos de acordo com o teórico brasileiro do direito David Gomes (2021), quando assertivamente declara que nem tudo é um problema colonial e nem toda crítica ao colonial é decolonial. Nessa direção, por um lado, ao final da última seção, depreendemos que quanto mais distintas as histórias e geografias locais, mais variadas as localizações epistemológicas. Assim, por outro lado, é preciso levar bastante a sério que os conhecimentos se potencializam quando são situados e, portanto, mais apropriadamente traduzir ao Brasil a teorização decolonial (Pires, 2017; Baldi, 2019; Name, 2022; Name & Spyer, 2022). Por mais que este conjunto de escritos inegavelmente redefina e reorienta o debate sobre o racismo e a circulação de saberes, muitos deles generalizam processos do colonialismo espanhol como ocorrências de todo o continente americano, voltam-se a conflitos de grupos indígenas andinos e, desaproveitando Césaire e Fanon, pouco se dedicam a legados afrodiaspóricos e problemas de coletividades afro-latino-americanas minoritizadas.

Se toda moda passa quando se consomem excessivamente os itens da estação, talvez o giro decolonial possa ser repaginado, por um bom “pretuguês”, com as roupas da amefricanidade, do quilombismo e do futuro ancestral (Gonzalez, 2020; Nascimento, 2019; Krenak, 2022). E se é feio conceitos perderem potência antes de serem verdadeiramente compreendidos, um ameaça iminente à abordagem, mais feio é desperdiçar a experiência de desfilarmos por passarelas do conhecimento a despeito do que nos constitui.

## Referências

- Baldi, C. (2019) Da “gourmetização” da teoria decolonial: o que a raça tem a ver com isso? *Empório do Direito*. <https://emporiiododireito.com.br/leitura/da-gourmetizacao-da-teoria-decolonial-o-que-a-raca-tem-a-ver-com-isso-#:~:text=O%20processo%20de%20dissemina%C3%A7%C3%A3o%20da,falar%20de%20q%C3%AAnero%20sem%20sexualidade>
- Ballestrin, L. (2013) América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*. 89-117. <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>.
- Barriendos, J. (2019) A colonialidade do ver: rumo a um novo diálogo visual interepistêmico. *Epistemologias do Sul*, 3(1), 38-56. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2434>.
- Bhabha, H. (2013) *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Blaut, J. M. (1993) *The colonizer's model of the world*. New York: Guilford Press.
- Browitt, J. (2014) La teoría decolonial: buscando la identidad en el mercado académico. *Cuadernos de Literatura*, 18(36), 25-46. <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/cualit/article/view/10924>.
- Castro-Gómez, S. (2005) Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do Outro. In: Lander, E. (org.). *A colonialidade do saber* (pp. 169-186). Buenos Aires: CLACSO.
- Castro-Gómez, S., & Grosfoguel, R. (2007). Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: *El giro decolonial* (pp. 9-23). Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- Césaire, A. (2020) *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta.
- Chakrabarty, D. (1992). Provincializing Europe: postcoloniality and the critique of history. *Cultural Studies*, 6(3), 337-357. <https://doi.org/10.1080/09502389200490221>.
- Crosby, A. (1999) *A mensuração da realidade*. São Paulo: Editora UNESP.

Cunha, G. R. (2019) Assistência técnica habitacional com técnicas construtivas não convencionais: proposta de adequação sociotécnica para o enfrentamento da colonialidade tecnocientífica. *Epistemologias do Sul*, 3(1), 142-153. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2451>.

Dirlik, A. (1999). Is there history after Eurocentrism? Globalism, postcolonialism, and the disavowal of history. *Cultural Critique*, 42, 1-34. <https://doi.org/10.2307/1354590>.

Dussel, E. (1994) *1492: el encubrimiento del otro*. La Paz: Plural.

Dussel, E. (2000) *Ética da libertação*. Petrópolis: Vozes.

Dussel, E. (2005). Europa, modernidade e eurocentrismo. In: Lander, E. (org.). *A colonialidade do saber* (pp. 55-70). Buenos Aires: CLACSO.

Escobar, A. (2003) “Mundos y conocimientos de otro modo”. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. *Tabula Rasa*, 1, 51-86. <https://doi.org/10.25058/20112742.188>.

Estévez, T. M. (2015). Mis “manos sonoras” devoran la histórica garganta del mundo: sonoridades y colonialidad del poder. *Calle 14*, 10(15), 54-73. <https://doi.org/10.14483/udidistrital.jour.c14.2015.1.a05>.

Fanon, F. (2005) *Os condenados da terra*. Juiz de fora: Editora UFJF.

Fanon, F. (2008) *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba.

Farrés Delgado, Y. (2015) Colonialidad territorial y evolución urbana en La Habana. *Apuntes*, 28(1), 8-23. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.apc28-1.cteu>.

Gomes, D. F. L. (2021) Prefácio: nem tudo é um problema colonial, nem toda crítica ao colonial é pensamento decolonial. In: Carvalho, R. K. M. *Colonialidade, decolonialidade e transmodernidade* (pp. 11-14). São Paulo: Dialética.

Gonzalez, L. (2020) A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Rios, F., & Lima, M. (org.). *Por um feminismo afro-latino-americano* (pp. 127-138). Rio de Janeiro: Zahar.

Grosfoguel, R. (2006) Actualidad del pensamiento de Césaire: redefinición del sistema-mundo y producción de utopía desde la diferencia colonial. In: Césaire, A. *Discurso sobre el colonialismo* (pp. 147-172). Madrid: Akal.

Grosfoguel, R. (2008) Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 115-147. <https://doi.org/10.4000/rccs.697>.

Grosfoguel, R. (2009) Apuntes hacia una metodología fanoniana para la decolonización de las ciencias sociales. In: Fanon, F. *Piel negra, máscaras blancas* (pp. 261-284). Madrid: Akal.

Grosfoguel, R. (2012) El concepto de “racismo” en Michel Foucault y Frantz Fanon: teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser. *Tabula Rasa*, 16, 79-102. <https://doi.org/10.25058/20112742.112>.

Grosfoguel, R. (2015) Del extractivismo económico al extractivismo epistémico y ontológico. *Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo*, 1(4), 33-45. <https://doi.org/10.15304/ricd.1.4.3295>.

Grosfoguel, R. (2020) Pensamiento descolonial afro-caribeño: una breve introducción. *Tabula Rasa*, 35, 11-33. <https://doi.org/10.25058/20112742.n35.01>.

Guha, R. (1983) The prose of counter-insurgency. In: *Subaltern Studies II* (pp. 1-42). Delhi: Oxford University Press.

Inclán, D. (2020) La historia en disputa: el problema de la inteligibilidad del pasado. In: Makaran, G., & Gaussens, P. (org.). *Piel blanca, máscaras negras* (pp. 45-66). México: Bajo Tierra/CIALC/UNAM.

Krenak, A. (2022) *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras.

Lander, E. (2005) Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: *A colonialidade do saber* (pp. 21-54). Buenos Aires: CLACSO.

León, C. (2019) Imagem, mídias e telecolonialidade: rumo a uma crítica decolonial dos estudos visuais. *Epistemologias do Sul*, v. 3, n. 1, p. 58-73. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2437>.

Lugones, M. (2020) Colonialidade e gênero. In: Hollanda, H. B. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (pp. 52-83). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Lugones, M. (2014) Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, 22(3), 935-952. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>.

Makaran, G., & Gaussens, P. (org.). (2020) *Piel blanca, máscaras negras*. México: Bajo Tierra/CIALC/UNAM.

Maldonado-Torres, N. (2006) Aimé Césaire y la crisis del hombre europeo. In: Césaire, A. *Discurso sobre el colonialismo*. Madrid: Akal, 173-196.

Maldonado-Torres, N. (2007) Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: Castro-Gomez, S., & Grosfoguel, R. (org.). *El giro decolonial* (pp. 127-167). Bogotá: Siglo del Hombre Editores.

Maldonado-Torres, N. (2009) Desigualdad y ciencias humanas en Rousseau y Fanon. In: Fanon, F. *Piel negra, máscaras blancas* (pp. 285-308). Madrid: Aka.

Maldonado-Torres, N. (2019). Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: Bernardino-Costa, J., Maldonado-Torres, N., & Grosfoguel, R. (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica.

Malheiros, M., & Spyer, T. (2021) Um giro decolonial à metodologia científica: apontamentos epistemológicos para metodologias desde e para a América Latina. *Espirales*, 1, 174-193. <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2686>.

Mignolo, W. D. (2000) *Local histories/global designs*. Princeton University Press.

Mignolo, W. D. (2003) Os esplendores e as misérias da ciência: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. In: Santos, B. S. (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente* (pp. 631-671). Lisboa: Afrontamento.

Mignolo, W. D. (2009) Frantz Fanon y la opción decolonial: el conocimiento y lo político. In: Fanon, F. *Piel negra, máscaras blancas* (pp. 309-326). Madrid: Akal.

Mignolo, W. D. (2011) *The darker side of western modernity*. Durham/London: Duke University Press.

Mignolo, W. D. (2015) Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. In: Caballo, F., & Herrera R., L. A. (org.). *Habitar la frontera* (pp. 117-139). Barcelona: Cidob/UACJ.

Mignolo, W. D. (2020) A geopolítica do conhecimento e a diferença colonial. *Revista Lusófona de Educação*, 48, 187-224. <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7324>.

Moassab, A. (2016) O patrimônio arquitetônico no século 21. Para além da preservação uníssona e do fetiche do objeto. *Arquitextos*, 17(198.07). <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.198/6307>.

Moassab, A. (2019) Os desafios de introduzir as categorias gênero e raça no ensino de arquitetura e urbanismo. *Epistemologias do Sul*, 3(2), 134-153. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2478>.

Moassab, A. (2020) De que lado a arquitetura está? Reflexões sobre ensino, tecnologia, classe e relações raciais. *Projetar*, 5(1), 8-19. <https://doi.org/10.21680/2448-296X.2020v5n1ID19142>.

Name, L. (2016) Paisagens para a América Latina e o Caribe famintos: paisagismo comestível com base nos direitos humanos e voltado à justiça alimentar. In: Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, 13. *Anais...* Salvador: ENEPEA.

Name, L. (2021) Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões espaciais básicas em arquitetura. *PosFAUUSP*, 28(52), e176627. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.psrevprogramapsgradarquiterurbanfauusp.2021.176627>.

Name, L. (2022) Paisagens do Sul, amefricanas e ch'ixis. *Epistemologias do Sul*, 6(2), 346-373. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/4041>.

Name, L. (2023) Desobediência projetiva? Esboço para o ensino de arquitetura. *Arcos Design*, 16(2), 217-236. <https://doi.org/10.12957/arcosdesign.2023.73190>.

Name, L., & Spyer, T. (2022) Apresentação da revista Laje: ou quando um grupo de pesquisa decide tomar as rédeas de sua própria produção de conhecimento. *Laje*, 1(1), 8-23. <https://doi.org/10.9771/lj.v1i0.54519>.

Name, L., Spyer, T., & Cunha, G. R. (2019). Editorial. *Epistemologias do Sul*, 3(1), 11-19. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2431>.

Nascimento, A. (2019) O quilombismo. In: *O quilombismo* (pp. 271-312). São Paulo: Editora Perspectiva.

Oyèwùmí, O. (2021) *A invenção das mulheres*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Palermo, Z. (2010) Una violencia invisible: la "colonialidad del saber". *Cuadernos de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales*, 38, 79-88. <http://www.scielo.org.ar/pdf/cfhyics/n38/n38a05.pdf>.

Palermo, Z. (2019) Alternativas locais ao globocentrismo. *Epistemologias do Sul*, 3(2): 88-99. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2472>.

Palermo, Z., Spyer, T., Leroy, H., & Name, L. (2019) Zulma Palermo: A opção decolonial como um lugar-outra de pensamento. *Epistemologias do Sul*, 3(2): 44-56. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2466>.

Pires, T. R. O. (2017) Direitos humanos traduzidos em pretuguês. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 22. *Anais...* Florianópolis.

Puentes, J. P. (2014) La investigación decolonial y sus límites. *Analética*, 34: 1-11. <http://hdl.handle.net/11336/45208>.

Quijano, A. (1992) Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, 13(29), 11-20.

Quijano, A. (1999) ¡Qué tal raza! *Ecuador Debate*, 48, 141-151. <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/5724>.

Quijano, A. (2009) Colonialidade do poder e classificação social. In: Santos, B. S., & Menezes, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul* (pp. 73-118). Coimbra: CES.

Quijano, A., & Wallerstein, I. (1992) La Americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, 44(4), 549-557. [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000092840\\_spa](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000092840_spa).

Restrepo; E.; & Rojas, A. (2010) *Inflexión decolonial*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca.

Said, E. W. (2007) *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Schlenker, A. (2019) Rumo a uma memória decolonial: breves apontamentos para indagar sobre o acontecimento por trás do acontecimento fotográfico. *Epistemologias do Sul*, 3(1), 74-91. <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2439>.

Segato, R. (2007) Racismo, discriminación y acciones afirmativas: herramientas conceptuales. In: Ansion, J., & Tubino, F. (org.). *Educación en ciudadanía intercultural* (pp. 63-89). Lima: PUCP.

Segato, R. (2012) Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos CES*, 18, 106-131. <https://doi.org/10.4000/eces.1533>.

Spivak, G. C. (2010) *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG.

Verdesio, G. (2005) Introduction: Latin American Subaltern Studies revisited: is there life after the demise of the group? *Dispositio*, 25(52), 5-42. <https://www.jstor.org/stable/41491785>.

Wallerstein, I. (2002) Eurocentrismo e seus avatares. Os dilemas da ciência social. In: *O fim do mundo como o concebemos* (pp. 205-222). Rio de Janeiro: Revan.

Wallerstein, I. (2011) *El moderno sistema mundial* (Vol. 3). México: Siglo 21.

Walsh, C. (2009) A manera de introducción. In: *Interculturalidad, estado, sociedade* (pp. 13-20). Quito: Ediciones Abya-Yala.

Walsh, C. Introducción — Lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos. In: *Pedagogías decoloniales* (Tomo 1, pp. 23 -68). Quito-Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2017.